
Ecoporto Santos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ecoporto Santos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ecoporto Santos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecoporto Santos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado nas Notas 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizará em junho de 2023 e, portanto, a Companhia não terá mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou,



Ecoporto Santos S.A.

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pele International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Ecoporto Santos S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Marcelo Orlando
Signed By: MARCELO ORLANDO:05390848837
CPF: 05390848837
Signing Time: 15 March 2023 | 19:33 BRT

Marcelo Orlando

Contador CRC 1SP217518/O-7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas

A Administração do Ecoporto Santos S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício de 2021.

COMPANHIA

O Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto” ou “Companhia”) foi constituído em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP, atualmente denominada Santos Port Authority – SPA. Em 12 de junho de 1998, foi assinado com a SPA o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, que prevê investimentos mínimos da Companhia na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres em uma área total de 170.000 m². Atualmente a Companhia possui uma área de 136.444 m², restando uma área de aproximadamente 33.500 m² que será fornecida pelo Poder Concedente, que ainda está em negociação. O referido contrato também previa que a SPA efetuará o ressarcimento à Companhia da parte que corresponde às obras de infraestrutura que compõem o “Sítio Padrão” do Porto de Santos.

Para maiores informações sobre o contexto operacional vide Nota Explicativa nº 1 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA LÍQUIDA

A receita bruta consolidada atingiu R\$425,5 milhões em 2022, aumento de 34,6% em relação a 2021 devido ao maior volume de movimentações de contêineres no cais e as receitas com operações de armazenagem.

A receita líquida totalizou R\$249,5 milhões em 2022, aumento de 52,9% em relação ao ano anterior. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$176,1 milhões, 15,2% superior a 2021.

Para mais informações sobre a receita líquida, vide Nota Explicativa nº18 da Demonstração Financeira da Companhia.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$227,0 milhões, aumento de 44,5% em relação a 2021. Desconsiderando a depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$177,9 milhões, aumento de 44,0%. As principais variações foram:

Pessoal: R\$53,5 milhões em 2022, aumento de R\$15,2 milhões (+39,8%) devido, principalmente, à provisão de rescisões trabalhistas e ao reajuste salarial anual.

Conservação e Manutenção: R\$11,0 milhões em 2022, aumento de R\$3,7 milhões (+50,4%), devido à manutenção de equipamentos (empilhadeiras e guindastes) e materiais de manutenção e conservação.

Serviços de terceiros: R\$64,7 milhões em 2022, aumento de R\$19,6 milhões (+43,6%) em função do aumento dos custos e despesas variáveis com transporte e mão de obra avulsa, e pelo aumento dos gastos com serviços logísticos, carga e descarga.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$28,3 milhões em 2022, aumento de R\$8,8 milhões (+44,9%) devido, principalmente, ao repasse ao poder concedente de acordo com o volume de liberações de container e aumento dos custos com locação de empilhadeiras.

Outros: R\$20,5 milhões em 2022, aumento de R\$7,0 milhões (+52,3%) devido, principalmente, ao aumento nos custos com combustíveis para consumo de equipamentos, custos com condenações cíveis e tributárias, perdas com clientes incobráveis e materiais de consumo.

Depreciação e Amortização: R\$49,2 milhões em 2022, aumento de R\$15,5 milhões (+46,2%) em função da retomada das operações e retomada da depreciação de ativos anteriormente paralisada.

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 19 da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

Em 2022, o EBITDA totalizou R\$71,8 milhões e margem EBITDA de 28,8%, aumento de R\$28,8 milhões (+66,9%) em relação a 2021.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$68,1 milhões em 2022, redução de R\$3,5 milhões (-4,9%) em relação a 2021 quando o valor era positivo em R\$71,6 milhões. Essa variação deve-se principalmente, à atualização monetária sobre os Ativos Indenizáveis devido à queda do IGP-M.

Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº20 da Demonstração Financeira da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2022, o Ecoporto Santos registrou lucro líquido de R\$90,8 milhões.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

O Ecoporto Santos encerrou o exercício de 2022 com saldo distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo no montante de R\$60,3 milhões. A dívida com Arrendamentos a Pagar era de R\$5,3 milhões.

Em 2022, o Ecoporto não possuía dívidas com Empréstimos, financiamento e Debêntures.

Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas n°s 12, 13, e 15 da Demonstração Financeira da Companhia.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pelo Ecoporto Santos totalizaram R\$9,4 milhões em 2022. Os principais investimentos foram em tecnologia, instalações, maquinas e equipamentos.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2022: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”). Os honorários relativos ao exercício de 2022 totalizaram R\$160,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria do Ecoporto Santos S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício findo em dezembro de 2022.

Santos – SP, 15 de março de 2023.

A Administração

ECOPORTO SANTOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	57.333	11.350	Fornecedores		29.907	29.019
Aplicações financeiras	6	2.931	558	Passivo de arrendamento	12	5.304	4.391
Clientes	7	35.073	24.414	Impostos, taxas e contribuições a recolher		8.472	6.496
Tributos a recuperar		5.497	2.153	Obrigações sociais e trabalhistas		14.113	7.313
Despesas antecipadas		1.756	6.235	Partes relacionadas	14	38	50
Partes relacionadas	14	354	908	Outras contas a pagar		3.963	21.101
Outros créditos		7.822	6.437	Total do passivo circulante		61.797	68.370
Total do ativo circulante		110.766	52.055				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras - conta reserva		978	924	Passivo de arrendamento	12	-	2.178
Despesas antecipadas		-	1.645	Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	16	108.684	102.174
Outras contas a receber		-	1.213	Outras contas a pagar		1.734	704
Ativo sujeito a indenização	1.d)	304.578	227.669	Total do passivo não circulante		110.418	105.056
Depósito judiciais	8	97.486	92.888	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Imobilizado	9	57.307	101.763	Capital social	17.a)	1.089.614	1.084.614
Intangível	10	6.000	4.419	Reserva de capital - plano de opção com base em ações		1.570	1.570
Total do ativo não circulante		466.349	430.521	Prejuízo acumulados		(686.284)	(777.034)
				Total do patrimônio líquido		404.900	309.150
TOTAL DO ATIVO		577.115	482.576	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		577.115	482.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
RECEITA LÍQUIDA	18	249.452	163.150
Custo dos serviços prestados	19	(191.275)	(132.635)
LUCRO BRUTO		<u>58.177</u>	<u>30.515</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	19	(35.734)	(24.506)
Outras receitas (despesas), líquidas		215	3.405
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>22.658</u>	<u>9.414</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	92.004	107.331
Despesas financeiras	20	<u>(23.912)</u>	<u>(35.757)</u>
		68.092	71.574
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>90.750</u>	<u>80.988</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	11.a)	-	-
		-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>90.750</u>	<u>80.988</u>
LUCRO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO E DILUÍDO	21	<u>0,05</u>	<u>0,06</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	90.750	80.988
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>90.750</u>	<u>80.988</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social Subscrito	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>897.614</u>	<u>64.000</u>	<u>1.570</u>	<u>(858.022)</u>	<u>105.162</u>
Aporte de capital		123.000	-	-	-	123.000
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC		64.000	(64.000)	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	80.988	80.988
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>1.084.614</u>	<u>-</u>	<u>1.570</u>	<u>(777.034)</u>	<u>309.150</u>
Aporte de capital	17.a)	5.000	-	-	-	5.000
Lucro do exercício		-	-	-	90.750	90.750
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>1.089.614</u>	<u>-</u>	<u>1.570</u>	<u>(686.284)</u>	<u>404.900</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	90.750	80.988
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	49.159	33.622
Baixa/perda do ativo imobilizado e do intangível	2	4.717
Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	3.968	3.422
Atualização monetária de provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	7.764	6.244
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	(5.280)	(1.795)
Encargos financeiros sobre debêntures e arrendamentos	7.053	13.284
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	1.378	(146)
Receita financeira de aplicações financeiras - vinculadas	(70)	(54)
Obrigações com Poder Concedente	21.579	15.399
Juros sobre mútuo	-	42
Variação monetária e AVP Ativo Sujeito a Indenização	(76.909)	(93.391)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	(12.037)	(3.723)
Tributos a recuperar	(3.344)	(1.688)
Despesas antecipadas	6.124	2.051
Depósitos judiciais	682	1.353
Outras contas a receber e outros créditos	3.149	(227)
Partes relacionadas - clientes	554	(38)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	888	16.928
Obrigações sociais e trabalhistas	6.800	94
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.976	(3.192)
Partes relacionadas - fornecedores	(12)	(5)
Pagamento de perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	(5.222)	(11.340)
Outras contas a pagar	(16.108)	(6.877)
Pagamentos de obrigações com Poder Concedente	(21.579)	(15.594)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<u>61.265</u>	<u>40.074</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações financeiras - conta reserva	16	12
Aplicações financeiras	(2.373)	(128)
Aquisição de imobilizado	(4.708)	(10.372)
Aquisição de intangível	(4.642)	(658)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(11.707)</u>	<u>(11.146)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas - mútuo	-	(1.102)
Aporte de Capital/AFAC pelo controlador	5.000	123.000
Pagamento de debêntures e arrendamentos	(1.522)	(136.698)
Juros pagos sobre debêntures e arrendamentos	(7.053)	(14.556)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>(3.575)</u>	<u>(29.356)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>45.983</u>	<u>(428)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.350	11.778
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	57.333	11.350
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO (A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>45.983</u>	<u>(428)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto Santos” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP – atualmente denominada Santos *Port Authority* - SPA. A Companhia está sediada na Av. Eng. Antonio Alves Freire, s/n, Cais do Saboo, Santos, no Estado de São Paulo. As ações da Companhia são de titularidade da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona – Itália.

Em 12 de junho de 1998 foi assinado o Contrato de Arrendamento PRES nº 028/1998 (“Contrato”) com a Santos *Port Authority* – SPA para exploração de instalação portuária situada na região do Valongo, na margem direita do Porto de Santos. O Contrato tem vigência pelo prazo determinado de 25 anos, com encerramento previsto para junho de 2023. O Ecoporto Santos iniciou o processo de prorrogação antecipada do Contrato por igual período de 25 (vinte e cinco) anos com o Poder Concedente em dezembro de 2014.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a Resolução nº 7.549, e em fevereiro de 2020, o Acórdão nº 14-2020, ambos da Agência Nacional dos Transportes Aquaviários (“ANTAQ”), aprovando o “Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental”, contemplando, dentre outros, a sugestão de prorrogação da vigência do contrato até o ano de 2048 e reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos.

Após tal data, o processo foi remetido à Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”), do Ministério da Infraestrutura para análise, sendo que, em 26 de fevereiro de 2021, o Secretário da SNPTA (Ofício nº 81/2021/SNPTA) remeteu notificação ao Ecoporto Santos comunicando o Despacho Decisório nº 5/2021/SNPTA em que indeferiu o pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos acima mencionados. Em 10 de março de 2021 a Companhia apresentou recurso administrativo contra esta decisão. Em 08 de julho de 2021 o Ecoporto tomou ciência do Despacho nº 27/2021, do Ministro da Infraestrutura, no qual decidiu pela não reconsideração do indeferimento do pleito de prorrogação do contrato, sem prejuízo do direito ao reequilíbrio do instrumento pela implantação de novos investimentos no terminal, nos valores já considerados na Resolução nº 7.549/2020 e Acórdão nº 14-2020.

Em 26 de maio de 2022, a ANTAQ proferiu o Acórdão nº 301/2022 através do qual reitera o direito do Ecoporto Santos ao reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Arrendamento em virtude dos investimentos realizados e não amortizados (Portêineres), no montante de R\$ 94.304.281 (noventa e quatro milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e oitenta e um reais), com data-base em dezembro 2016. A SNPTA encaminhou à SPA o Despacho nº 34/2022/CGEV/DGCO/SNPTA através no qual reitera a decisão proferida no Acórdão ANTAQ nº 301/2022 e solicita à SPA que indique a melhor forma de adimplir a indenização a ser paga ao Ecoporto. Desta forma, o Ecoporto ainda aguarda a definição da SPA quanto à forma de adimplemento da indenização, conforme determinado pela SNPTA, através dos Ofícios de nº 130/2022/DGCO/SNPTA (de 6.6.2022) e nº 218/2022/DGCO/SNPTA (de 1º.9.2022).), sendo que em 16 de dezembro de 2022, a SNPTA, através do ofício 738/2022/SNPTA, esclareceu ser possível o pagamento da indenização tanto pela licitante vencedora do certame da área do STS-10, mediante expressa previsão editalícia, ou através de pagamento direto pela Autoridade Portuária ao Ecoporto, cabendo a escolha à SPA.

Em paralelo, considerando que a SNPTA não se manifestou quanto ao pedido de celebração do compromisso arbitral, bem como quanto à possibilidade de instauração de processo de mediação para solucionar a controvérsia referente ao pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do Ecoporto Santos decorrente dos prejuízos auferidos pela entrega de área menor e fragmentada (136.444 m2) comparada àquela prevista no edital (170.000 m2), a Companhia ajuizou em 28 de setembro p.p., ação anulatória em face da União e da ANTAQ tendo como objeto o reconhecimento do referido pleito de reequilíbrio contratual. A ação judicial tramita sob nº 1064487-10.2022.4.01.3400, na 17ª Vara Federal Cível da SJDF e aguarda-se apresentação de

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

defesa por parte da UNIÃO e da ANTAQ.

Em 27 de outubro de 2022, o MInfra enviou o ofício nº 1184/2022/SE ao Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do qual informou que o terminal STS-10 será tratado como ativo do Porto de Santos para fins da desestatização da Autoridade Portuária. Com isso, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) determinou o sobrestamento do processo de licitação do STS-10 até a deliberação do TCU sobre o assunto da Concessão Portuária, previsto para ocorrer em sessão ordinária do Plenário de 8 de março de 2023. Diante das incertezas quanto ao prosseguimento da licitação do STS-10, o Ecoporto, em dezembro de 2022, requereu, no âmbito do processo administrativo acima referido, que a SNPTA reconsiderasse sua decisão sobre renovação antecipada frente ao novo cenário e à possibilidade de realização dos Investimentos Urgentes.

Faz-se referência, ainda, à necessidade de ajuizamento de ação judicial, em 4 de novembro de 2022, (processo n. 5006237-92.2022.4.02.6104), questionando a cobrança retroativa da Movimentação Mínima Contratual (MMC) pela Autoridade Portuária Santos Port Authority (SPA), no valor de R\$62.653. Em 16 de novembro de 2022, foi deferida a medida liminar para determinar a suspensão da exigibilidade do valor cobrado. A decisão judicial vai ao encontro da decisão proferida no processo 5004980-32.2022.4.03.6104, no qual o Ecoporto também obteve decisão favorável para continuar efetuando pagamento tal qual realizado ao longo do contrato. A Companhia, amparada no parecer de seus assessores jurídicos externos que classificam como remota a chance de perda, acredita na tese e na qualidade do seu direito que questiona a ilegalidade da cobrança frente à mudança de interpretação contratual após 24 (vinte e quatro anos) anos do contrato de concessão.

Em 15 de março de 2023, foi aprovada pela Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

a) Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Desde o início da pandemia, em março de 2020, o Grupo EcoRodovias vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos estaduais e federal em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. A Administração da Companhia entende que não há outros impactos relevantes a serem comentados, uma vez que a importação e exportação do Porto de Santos, principal indicador impacto pela COVID-19, já apresentou recuperação a níveis pré-pandemia.

b) Conflito entre Rússia e Ucrânia

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições a exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia.

c) Visão ASG – Ambiental, Social e Governança (*ESG - Environmental, Social and Governance*)

A estratégia do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, para a abordagem das mudanças climáticas segue duas vertentes. A primeira, focada na mitigação das emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE), estabelece diretrizes para a redução das emissões decorrentes das suas atividades de concessão rodoviária e portuária. Ao longo de 2022, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização, considerando uma perspectiva de longo prazo (2030). Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

(emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos.

A segunda vertente versa sobre os impactos decorrentes das mudanças climáticas – adaptação. O Grupo EcoRodovias estabeleceu estudos neste sentido, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos. Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda de receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos), custos diretos para saneamento do evento, seguros, jurídicos e de multas. Os resultados dos trabalhos foram incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura.

d) Ativo financeiro

Em 31 de dezembro de 2020, em virtude de aspectos regulatórios do Contrato de Concessão da Companhia, em que a Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (“SNPTA”), do Ministério da Infraestrutura indeferiu o pleito de prorrogação do Contrato sem prejuízo do direito de reequilíbrio dos investimentos concluídos e operacionais em portêineres e outros ativos, a Companhia reconheceu um ativo financeiro, correspondente à parcela de atualização monetária e remuneração sobre os valores dos ativos que serão reversíveis. A mensuração foi realizada de acordo com as premissas estabelecidas na Nota Técnica da ANTAQ 3/2015/STN/SEAE/MF, que prevê uma taxa WACC regulatória de 10% a.a. acrescida da variação do IGP-M, e previsão de recebimento da indenização de seis meses a um ano após o final do contrato de concessão, correspondendo em dezembro de 2023 ao valor de R\$315.308. Considerando os critérios estabelecidos no CPC12, o valor foi ajustado a valor presente na data-base de 31 de dezembro de 2020, representando o valor total de R\$234.056, sendo que o valor residual de R\$99.778 estava demonstrado na rubrica “Ativo Imobilizado”, assim foi constituído um ativo financeiro de R\$134.278 (R\$129.152 líquido de PIS/COFINS). Em 31 de dezembro de 2022, o valor atualizado é de R\$326.370 (sendo R\$21.792 o valor residual demonstrado na rubrica “Ativo Imobilizado” e R\$304.578 no ativo financeiro).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), propriedades para investimento, bem como os ativos dos planos de pensão, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamentos por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem

ECOPORTO SANTOS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 4.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a “moeda funcional”).

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia:

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em

ECOPORTO SANTOS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica “Receitas financeiras” (vide Nota Explicativa nº 20).

ECOPORTO SANTOS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Arrendamento

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês).

f) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e vigentes

Não houve mudanças significativas nas normas internacionais de contabilidade em 2022. Embora o IASB tenha feito algumas alterações nas normas que se aplicam a partir de 1º de janeiro de 2022, elas são em grande parte esclarecimentos. Dessa forma, nenhuma das referidas alterações exigiu alteração nas políticas contábeis da Companhia, tampouco gerou impactos materiais em mensurações, reconhecimentos ou divulgações.

g) Novas normas e interpretações revisadas emitidas e ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – *Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “*Classification of liabilities as current or non-current*”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenants* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 10 de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

ECOPORTO SANTOS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

h) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/(prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição.

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Provisões: as provisões para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Reconhecimento de receita de portos: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o exercício de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 12 (doze) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais;
- Reconhecimento de receita armazenada: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o exercício de competência; porém estas estimativas levam em consideração uma volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais;
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Obrigações com Poder Concedente

As obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas a taxas da Companhia à Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 15.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	10	12
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	57.009	7.928
Operações compromissadas (b)	-	2.401
Aplicações automáticas (c)	314	1.009
	<u>57.333</u>	<u>11.350</u>

(a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria “Renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2021 a carteira do Fundo de Investimentos era composta por 100% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) (vide Nota Explicativa nº 7).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 103,4% em 31 de dezembro de 2022 (103,1% em 31 de dezembro de 2021) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

(b) Em 31 de dezembro de 2022, não havia valores alocados na rubrica “operações compromissadas”. Em 31 de dezembro de 2022, os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remunerados à taxa de 83,9% do CDI.

(c) Além das modalidades acima, a Companhia possui aplicação automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI. O grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Recursos não vinculados	2.931	558
	<u>2.931</u>	<u>558</u>

Em 31 dezembro 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa de 103,4% do CDI, vinculado ao fundo de investimento, remunerado à taxa média ponderada de 103,4% do CDI do mesmo período. A referida

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

aplicação possui Liquidez Diária. Em 31 de dezembro de 2021, os recursos referiam-se as aplicações financeiras em CDB pré-fixado emitido pelo Banco Bradesco S.A. remunerados à taxa de 11,03% a.a. (120,5% do CDI), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possuía carência até 13 de junho de 2022.

7. CLIENTES

Representados por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços prestados	37.710	25.673
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (a)	<u>(2.637)</u>	<u>(1.259)</u>
	<u>35.073</u>	<u>24.414</u>

(a) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada exercício para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	32.525	23.785
Vencidos:		
Até 30 dias	4.377	1.000
De 31 a 90 dias	352	384
De 90 a 120 dias	93	72
Acima de 120 dias	<u>363</u>	<u>432</u>
	<u>37.710</u>	<u>25.673</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	(1.259)	(1.405)
Valores recuperados	1.337	2.266
Valores baixados	176	-
Constituição de PECLD	<u>(2.891)</u>	<u>(2.120)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(2.637)</u>	<u>(1.259)</u>

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****8. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 16 Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias.

A natureza dos depósitos judiciais é:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cível	781	813
Tributário	169	283
Trabalhista	6.776	6.995
THC2 - <i>Terminal Handling Charge</i>	89.760	84.797
	<u>97.486</u>	<u>92.888</u>

A movimentação dos depósitos judiciais está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	92.888	92.446
Adições	944	1.095
Baixas	(1.626)	(2.448)
Atualização monetária	5.280	1.795
Saldo no fim do exercício	<u>97.486</u>	<u>92.888</u>

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****9. IMOBILIZADO**Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicáveis. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Guindastes portuários	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	10,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	15,6	8,8	7,1	0,3	23,1	2,0	19,2	-	-
	CUSTO								
Saldos em 31/12/2021	9.059	28.882	3.330	218.126	170.948	2.122	7.189	3.322	442.978
Adições	205	2.570	222	233	135	90	1.253	-	4.708
Baixas	-	-	(4)	-	-	-	(1)	(3.322)	(3.327)
Saldos em 31/12/2022	9.264	31.452	3.548	218.359	171.083	2.212	8.441	-	444.359
	DEPRECIACÃO								
Saldos em 31/12/2021	(6.942)	(26.397)	(3.170)	(216.916)	(79.884)	(2.102)	(5.804)	-	(341.215)
Adições	(1.431)	(2.645)	(243)	(555)	(39.422)	(43)	(1.502)	-	(45.841)
Baixas	-	-	4	-	-	-	-	-	4
Saldos em 31/12/2022	(8.373)	(29.042)	(3.409)	(217.471)	(119.306)	(2.145)	(7.306)	-	(387.052)
	RESIDUAL								
Em 31/12/2022	891	2.410	139	888	51.777	67	1.135	-	57.307
Em 31/12/2021	2.117	2.485	160	1.210	91.064	20	1.385	3.322	101.763

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<i>Hardwares</i>	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Guindastes portuários	Veículos	Instalações	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	4,0	10,0	25,0	10,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	8,1	1,9	0,8	0,8	16,2	-	5,6	-	-
CUSTO									
Saldos em 31/12/2020	6.360	25.922	3.145	217.930	171.822	2.101	5.396	5.550	438.226
Adições	2.738	3.041	187	196	50	21	1.793	2.346	10.372
Baixas	(39)	(81)	(2)	-	(924)	-	-	(4.574)	(5.620)
Saldos em 31/12/2021	9.059	28.882	3.330	218.126	170.948	2.122	7.189	3.322	442.978
DEPRECIACÃO									
Saldos em 31/12/2020	(6.360)	(25.922)	(3.145)	(215.132)	(53.142)	(2.101)	(5.396)	-	(311.198)
Adições	(621)	(526)	(27)	(1.784)	(27.664)	(1)	(354)	-	(30.977)
Baixas	39	51	2	-	922	-	(54)	-	960
Saldos em 31/12/2021	(6.942)	(26.397)	(3.170)	(216.916)	(79.884)	(2.102)	(5.804)	-	(341.215)
RESIDUAL									
Em 31/12/2021	2.117	2.485	160	1.210	91.064	20	1.385	3.322	101.763
Em 31/12/2020	-	-	-	2.798	118.680	-	-	5.550	127.028

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC, em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 10,86% a.a. (10,86% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados e a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****10. INTANGÍVEL**Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

	<i>Softwares</i> de terceiros	Contrato de concessão (i)	Outros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	1,6	-	-	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021	42.325	38.971	4	9.912	91.212
Adições	816	3.826	-	257	4.899
Saldos em 31/12/2022	43.141	42.797	4	10.169	96.111
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021	(41.814)	(38.971)	(4)	(6.004)	(86.793)
Adições	(698)	-	-	(2.620)	(3.318)
Saldos em 31/12/2022	(42.512)	(38.971)	(4)	(8.624)	(90.111)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022	629	3.826	-	1.545	6.000
Em 31/12/2021	511	-	-	3.908	4.419

(i) A adição na rubrica “Contrato de Concessão” refere-se à finalização das obras relativas ao Termo de Ajuste e Conduta (TAC), celebrado pela Companhia em dezembro de 2018, com o Ministério Público Federal, para minimização dos Impactos a Vizinhança das operações portuárias.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	<i>Softwares</i> de terceiros	Contrato de concessão	Outros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	20,0	-	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	0,4	-	-	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2020	41.667	38.971	4	8.785	89.427
Adições	658	-	-	1.127	1.785
Saldos em 31/12/2021	42.325	38.971	4	9.912	91.212
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2020	(41.667)	(38.914)	(4)	(3.506)	(84.091)
Adições	(147)	-	-	(2.498)	(2.645)
Baixas	-	(57)	-	-	(57)
Saldos em 31/12/2021	(41.814)	(38.971)	(4)	(6.004)	(86.793)
RESIDUAL					
Em 31/12/2021	511	-	-	3.908	4.419
Em 31/12/2020	-	57	-	5.279	5.336

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO**Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

a) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Não foram registrados no resultado do exercício montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro/(prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	90.750	80.988
Alíquota fiscal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(30.855)	(27.536)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Gratificações/PPR diretores	(41)	(47)
Despesas indedutíveis	(213)	(156)
Amortização do ágio	35.293	35.293
Incentivos fiscais (PAT)	(7)	(5)
Crédito Tributário não constituído (*)	(4.707)	(6.318)
Outros	530	(1.231)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-
Impostos diferidos	-	-

(*) A Companhia não está realizando a contabilização de créditos tributários em função de não haver expectativa de realização futura.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****12. PASSIVO DE ARRENDAMENTO**

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações brutas de arrendamentos – pagamentos mínimos de arrendamento:	5.304	6.569
Circulante	5.304	4.391
Não circulante	-	2.178

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	6.569	7.140
Adições	257	1.127
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	7.053	(6.542)
Pagamento principal	(1.522)	(1.698)
Pagamento de juros	(7.053)	6.542
Saldo no fim do exercício	<u>5.304</u>	<u>6.569</u>

13. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	-	136.272
Adições/(custo antecipado)	-	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 20)	-	6.742
Pagamento de principal	-	(135.000)
Pagamento de juros	-	(8.014)
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****14. PARTES RELACIONADAS**

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, para serviços de transporte e remoção, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado
		Circulante	Circulante	Não circulante	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.(a)	Outras partes relacionadas	-	8	-	492
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	313	-	-	-
Ecopátio Cubatão Logística Ltda.(b)	Outras partes relacionadas	41	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2022		354	38	-	492
Total em 31 de dezembro de 2021		908	50	-	496

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., é controlada indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor atual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$492. O saldo em aberto de R\$38 em 31 de dezembro de 2022 (de serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias, não está sujeito a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) Refere-se ao compartilhamento de despesas administrativas com as partes relacionadas Termares e Ecopátio Cubatão.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2022, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para R\$3.215, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.996	4.292
Gratificação	491	-
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	(16)	(935)
Seguro de vida	7	8
Assistência saúde	122	169
FGTS	127	192
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	488	738
	<u>3.215</u>	<u>4.464</u>

15. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

Refere-se aos pagamentos de taxas a Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	-	195
Custo (vide Nota Explicativa nº 19)	21.579	15.399
Pagamento do principal	(21.579)	(15.594)
Saldo no final do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>

16. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIASPolítica contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	<u>Ambientais (a)</u>	<u>Cíveis (b)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (d)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2022	1.118	86.679	11.758	2.619	102.174
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	100	1.651	500	1.717	3.968
(-) Pagamentos	(100)	(116)	(4.654)	(352)	(5.222)
(+) Atualização monetária	111	5.953	935	765	7.764
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.229</u>	<u>94.167</u>	<u>8.539</u>	<u>4.749</u>	<u>108.684</u>
	<u>Ambientais (a)</u>	<u>Cíveis (b)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (d)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	3.221	83.789	15.703	1.135	103.848
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	445	434	1.766	777	3.422
(-) Pagamentos	(4.226)	(613)	(6.498)	(3)	(11.340)
(+) Atualização monetária	1.678	3.069	787	710	6.244
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>1.118</u>	<u>86.679</u>	<u>11.758</u>	<u>2.619</u>	<u>102.174</u>

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

a) Processos Ambientais

Em 31 de Dezembro de 2022, existem alguns processos de natureza ambiental que totalizam R\$3.464 (R\$5.156 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

b) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a ação cautelar que a Companhia promoveu visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Foi interposto Recurso Especial, já admitido para apreciação do colegiado, e Recurso Extraordinário, inadmitido. Contra esta decisão, foi apresentado recurso, pendente de julgamento. O Recurso Especial interposto pela Ecoporto foi distribuído no Superior Tribunal de Justiça em março de 2021.

A principal causa possível da Companhia, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à cobrança dos serviços de segregação e entrega de contêineres, movida por Libra Terminais S.A. (Ação de Cobrança nº. 1015346-78.2016.8.26.0562). A referida ação visa a cobrança dos valores relativos aos serviços de segregação e entrega de contêineres prestados no período de maio de 2005 até 15 de junho de 2011, e de 16 de agosto de 2011 até 29 de novembro de 2011, bem como as diferenças de valores decorrentes da aplicação da Decisão Direxe n. 50/2006 da CODESP (atual SPA). A tese sobre a legalidade da cobrança dos serviços de segregação e entrega ainda não está pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os autos se encontram no Superior Tribunal de Justiça (STJ) desde 20 de maio de 2021.

A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2022 R\$48.279 (R\$42.086 em 31 de dezembro de 2021), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$1.952 (R\$6.530 em 31 de dezembro de 2021), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

d) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2022 também existem outros processos de natureza tributária que totalizam R\$71.702 (R\$50.528 em 31 de dezembro de 2021), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

ECOPORTO SANTOS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.089.614 (R\$1.084.614 em 31 de dezembro de 2021). Esse valor é representado por 1.666.041.021 ações sendo 1.649.241.421 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais (1.657.420.731 ações sendo 1.640.620.731 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2021), todas pertencentes a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Em 24 de fevereiro de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital da Companhia em R\$5.000 (cinco milhões de reais), mediante emissão, subscrição e integralização, nesta data, de 8.620.690 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$0,58 (cinquenta e oito centavos) por ação.

b) Reserva de lucros - legal e estatutária

Legal: constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: o Estatuto da Companhia prevê a constituição de reserva de lucros de 5% para atendimento a encargos trabalhistas e previdenciários eventuais, e também de 5% para restituição de capital aos acionistas, sendo essa última limitada a 10% do capital social subscrito.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram pagos valores a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio em virtude de prejuízos acumulados de anos anteriores.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****18. RECEITA LÍQUIDA**Política contábil

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no porto de Santos.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas portuária bruta	425.536	316.056
Deduções da receita	(176.084)	(152.906)
	<u>249.452</u>	<u>163.150</u>
<u>Deduções</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Cofins (3%)	(28.984)	(21.862)
PIS (0,65%)	(6.303)	(4.725)
ISS (2% a 5%)	(21.114)	(15.923)
Deduções do reconhecimento da receita (a)	(119.683)	(110.396)
	<u>(176.084)</u>	<u>(152.906)</u>

- a) Refere-se a contraprestação variável e abatimento por volume das despesas com vendas, classificadas de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA**

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	53.456	38.233
Conservação e manutenção	10.997	7.311
Serviços de terceiros (*)	64.666	45.033
Seguros	2.375	2.075
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 15)	21.579	15.399
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e nº 10)	49.159	33.622
Locação de imóveis e máquinas	4.304	2.028
Outros custos e despesas operacionais	20.473	13.440
	<u>227.009</u>	<u>157.141</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	191.275	132.635
Despesas gerais e administrativas	35.734	24.506
	<u>227.009</u>	<u>157.141</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços portuários, serviços de transportes, consultorias e assessorias e outros.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	4.437	898
Variação monetária Ativo sujeito a indenização	81.281	103.729
Atualização monetária depósitos judiciais	5.280	1.795
Outras	1.006	909
	<u>92.004</u>	<u>107.331</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	-	(6.156)
Amortização de custos com emissão de debêntures	-	(586)
Juros sobre contrato de mútuo	-	(42)
PIS/COFINS s/ outras receitas financeiras	(3.945)	(4.741)
Juros sobre arrendamentos	(7.053)	(6.542)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas	(7.764)	(6.244)
AVP Ativo sujeito a indenização	(4.372)	(10.338)
Outras	(778)	(1.108)
	<u>(23.912)</u>	<u>(35.757)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>68.092</u>	<u>71.574</u>

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****21. LUCRO POR AÇÃO**

a) Lucro básico por ação

O Lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	90.750	80.988
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	1.664.742	1.454.010
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,05</u>	<u>0,06</u>

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações.

22. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROSGestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Dívida (i)	5.304	6.569
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras – conta reserva	<u>(61.242)</u>	<u>(12.832)</u>
Dívida líquida	(55.938)	(6.263)
Patrimônio líquido (ii)	<u>404.900</u>	<u>309.150</u>
Índice de endividamento líquido	(0,14)	(0,02)

(i) A dívida é definida como passivo de arrendamento, circulantes e não circulantes, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 12.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados à taxa média ponderada de 103,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (98,9%, em 31 de dezembro de 2021) e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Passivo de arrendamentos: classificados como outros passivos financeiros, portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

<u>Classificação – Custo amortizado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos:		
Caixa e bancos (i)	10	10
Clientes (ii)	35.073	35.073
Aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva (i)	61.232	61.232
Passivos:		
Fornecedores (ii)	29.907	29.907
Passivo de Arrendamento (iii)	5.304	5.304
<u>Classificação – Valor justo através do resultado</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Valor justo</u>
<i>Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock</i> (iv)	105	105

- (i) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e aplicações financeiras conta reserva aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (ii) Os saldos das rubricas “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (iii) O Passivo de Arrendamento está registrado ao custo amortizado na data do balanço.
- (iv) O valor do *Phantom Stock Option* e *Phantom Restricted Stock* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve cinco linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executada na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizada predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

a) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

(i) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa de juros efetiva - % a.a.</u>	<u>Próximos 12 meses</u>
Passivo de Arrendamento	Conforme contrato individual	<u>5.304</u>
		<u>5.304</u>

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

ECOPORTO SANTOS S.A.**Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	6.149	7.686	9.223
Juros a incorrer, líquidos		6.149	7.686	9.223

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor que são 6 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I -provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	12,40%	15,50%	18,60%

Fonte: Relatório da Consultoria LCA – Dezembro/2022

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

23. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

c) Transações que não envolvem caixa

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso – CPC 06 (R2)	257	1.127

ECOPORTO SANTOS S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública por meio de arrendamento oneroso, de uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de serviços portuários relacionadas a exploração da área arrendada. Nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

25. EVENTO SUBSEQUENTE

Decisão Supremo Tribunal Federal (STF)

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie no sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Administração da Companhia, realizou levantamento e análise das matérias e concluiu que as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) prolatadas nos Recursos Extraordinários 949297 (Tema 881) e 955227 (Tema 885), que relativizaram a coisa julgada, não impactam o cenário jurídico-tributário da Companhia.

Certificate Of Completion

Envelope Id: A6CED805DB9F484DB40866F8840FBDAC

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: ECOPORTOSANTOS22.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Acordo de Confidencialidade (NDA), Declarações de proteção de dados (DPA), outras declarações

Source Envelope:

Document Pages: 42

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 2

Initials: 0

Eder Oliveira

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Enveloped Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

eder.oliveira@pwc.com

IP Address: 201.56.164.188

Record Tracking

Status: Original

15 March 2023 | 18:08

Holder: Eder Oliveira

eder.oliveira@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

15 March 2023 | 19:33

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Location: DocuSign

@pwc.com

Signer Events

Marcelo Orlando

marcelo.orlando@pwc.com

partner

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:

 EFC9BAA8A6A1420...

Signature Adoption: Pre-selected Style

Using IP Address: 134.238.159.64

Timestamp

Sent: 15 March 2023 | 18:09

Viewed: 15 March 2023 | 19:32

Signed: 15 March 2023 | 19:33

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Eder Oliveira

eder.oliveira@pwc.com

Manager

PricewaterhouseCoopers

Security Level: Email, Account Authentication (None)

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

COPIED

Sent: 15 March 2023 | 19:33

Viewed: 15 March 2023 | 19:33

Signed: 15 March 2023 | 19:33

Witness Events**Signature****Timestamp**

Notary Events	Signature	Timestamp
----------------------	------------------	------------------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
--------------------------------	---------------	-------------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	15 March 2023 18:09
Certified Delivered	Security Checked	15 March 2023 19:32
Signing Complete	Security Checked	15 March 2023 19:33
Completed	Security Checked	15 March 2023 19:33

Payment Events	Status	Timestamps
-----------------------	---------------	-------------------